

**DIVERSOS**

**26. CLASSIFICAÇÃO DO TRAJE DE CAPOTILHA COMO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL DE INTERESSE MUNICIPAL.**

Da **Divisão da Cultura**, submetendo à consideração do Executivo Municipal com vista a aprovação da Assembleia Municipal informação relativa à Classificação do Traje de Capotilha como Património Cultural Imaterial de Interesse Municipal, que se anexa.

**Nº Informação:** 83161

**Data:** 21/11/2022

**Assunto:** Classificação do Traje de Capotilha como Património Cultural Imaterial de Interesse Municipal

Considerando (que):

- A Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, adotada na 32.ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO, em Paris, a 17 de outubro de 2003, aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 12/2008, de 24 de janeiro, ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 28/2008, de 26 de março, que vinculou o Estado Português a esta fonte de direito internacional, ressaltou a importância do património cultural imaterial, principal gerador da diversidade cultural e garante do desenvolvimento sustentável, reconhecendo o papel da globalização e da transformação social, que cria as condições para um diálogo renovado entre as comunidades ao mesmo tempo que reflete a preocupação comum em salvaguardar o património cultural imaterial do seu desaparecimento, destruição e degradação;

- O Artigo n.º 2 da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural considera-se património cultural imaterial "(...) as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões – bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do seu património cultural. Esse património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interacção com a natureza e da sua história, incutindo-lhes um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo, desse modo, para a promoção do respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana".

- O Decreto-Lei 139/2009 de 15 de junho de 2009, que estabeleceu o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial, em desenvolvimento do disposto na Lei 107/2001, de 8 de Setembro, que estabeleceu as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, que definiu o procedimento administrativo para a proteção legal das manifestações imateriais (artigos n.º 5 a 20.º) reconhecendo-se a importância do património cultural imaterial na articulação com outras políticas sectoriais, e na própria internacionalização da cultura portuguesa, e estabeleceu-se, de forma pioneira, um sistema de inventariação através de uma base de dados de acesso público que permite a participação das comunidades, dos grupos ou dos indivíduos na defesa e valorização do património cultural imaterial, designadamente do património que criam, mantêm e transmitem, estabelecendo que a salvaguarda do património cultural imaterial realiza-se, fundamentalmente, com base na inventariação (artigo n.º 6);

- A única forma de proteção legal do Património Cultural Imaterial juridicamente válida à escala nacional, é o procedimento de registo de uma manifestação de PCI no Inventário Nacional, com submissão e apresentação à administração do património do património, através da Direção Geral do Património Cultural;

- O predisposto no artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, referente ao Regime Jurídico das Autarquias Locais, determina o seguinte: "Competências materiais 1 - Compete à câmara municipal: (...) t) Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal;...»

- O estatuído no Despacho n.º 4626/2022, no Diário da República n.º 77/2022, Série II, de 20 de abril de 2022, que define a Estrutura Orgânica, Nuclear e Flexível dos Serviços do Município de Braga, aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 01 de abril de 2022, sob proposta da Câmara Municipal de Braga, aprovada em reunião de 21 de março de 2022 e conforme as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 12033/2022 que estatuiu a alteração ao regulamento que define e regula a estrutura orgânica nuclear e flexível dos serviços do Município de Braga aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 30 de setembro de 2022, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de 10 de outubro de 2022;

- Conforme o disposto no artigo 24.º, do Despacho n.º 4626/2022, de 20/04 que define as competências da Divisão de Cultura, na dependência do Departamento de Cultura e Turismo;

- O Traje de Capotilha em Braga é uma manifestação viva da etnografia bracarense, como um dos seus elementos mais marcantes, uma vez que se tornou o traje mais emblemático da cidade, com todas as suas variantes, cuja afirmação tem sido uma constante ao longo dos tempos (ainda que, atualmente, vivida de forma simbólica e performativa), com expressão social de caráter tradicional praticada contemporaneamente nas manifestações da cultura tradicional local, com o envolvimento da comunidade bracarense, e mais concretamente das mulheres);

- Trajar com Capotilha em Braga tem vindo a assumir ao longo dos tempos, uma importância cada vez maior, como é visível nas manifestações culturais participadas pela comunidade (como são exemplo as Festas de São João de Braga, a presença deste traje em todos os Grupos Folclóricos, eventos culturais diversos como exposições e desfiles, entre outros), o que demonstra a sua apropriação pela comunidade bracarense (mulheres) como traje mais identitário do território, com todas as diferentes formas e configurações inerentes ao seu uso;



- Segundo os estudos de Joaquim Mota Leite, este traje “é aquele que melhor traduz o ambiente local. Cerimonioso, distinto, colorido sem exuberância ou garridice, solene sem gravidade, bem composto e gracioso, tem perfeito cabimento nas catedrais e palácios, nos actos religiosos e de salão, enquadra-se bem nos arraiais e cortejos, adapta-se a todas as idades, acerta-se a todas as feições. Eis por que Braga o considera o mais representativo, o mais seu” (Joaquim Cândido da Mota Leite, *Danças Regionais do Minho*, 1986: 28). Esta referência denota o sentido de apropriação do traje e, sobretudo da peça que o distingue, em vermelho, azul ou preto, guarnecida de veludo, cordões, cetim e vidrilhos, com grandes pontas que se cruzam sobre o peito e se prendem nas ancas;

- Esta manifestação da indumentária tradicional do Baixo Minho tem sido exaltada por inúmeras personalidades ligadas à cultura popular e etnografia local, entre os quais se destacam Gonçalo Sampaio, Jerónimo Louro e Mota Leite, e embora seja hoje usado apenas em contextos etnográficos e folclóricos, interessa dar-lhe a consistência devida, estudar a sua implantação no território e a sua vinculação à cidade de Braga, eventualmente retomando a sua produção localmente e reconhecer a sua real importância como traje emblemático desta cidade, realidade assumida pela grande maioria dos grupos existentes (onde este traje tem ganho maior relevância).

- Este traje acabou por ser tornar ao longo dos anos um ícone indissociável das Festas de São João de Braga onde surge frequentemente como elemento figurativo dos cartazes de promoção das mesmas, sobretudo pelo traço do Mestre José Veiga que revia neste traje um dos símbolos da cidade, bem como em coletâneas de postais e iconografias alusivas à cidade;

- A pretensão do Município de Braga em apresentar nos próximos meses um Pedido de Inventariação do Traje de Capotilha como Património Cultural Imaterial, continuando o trabalho de salvaguarda e valorização, acompanhados de um levantamento intenso da documentação histórica e dos testemunhos presentes desta manifestação na atualidade;

- É competência da Câmara Municipal a proteção legal dos bens com Valor Cultural de Interesse Municipal;

Por tudo isto, propomos a classificação do Traje de Capotilha de Braga como **Património de Interesse Municipal**, para consolidar o lugar de relevo que esta indumentária tem na cidade e nas suas gentes, uma tradição assumida e orgulhosamente vivida.



<p>Despacho da Chefe de Divisão de Cultura,</p> <p><i>A rendição suprac,</i></p> <p><u>21/11/2022</u></p>	<p>Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga,</p> <p><i>A ... de ...</i></p> <p><i>[Signature]</i></p> <p><u>22/11/22</u></p>
---	---